

Hábitos sexuais e de anticoncepção em jovens de uma universidade do Distrito Federal

Sexual and contraceptive habits among young people at a university in the Federal District

DOI:10.34117/bjdv8n3-040

Recebimento dos originais: 14/02/2022

Aceitação para publicação: 05/03/2022

Isabela Boulhosa Tavares

Médica

Endereço: SMPW Quadra 23 Conjunto 3, Park Way - DF

E-mail:isabelaboulhosa@gmail.com

Mateus Ricardo Cardoso

Médico

Endereço: Rua JK, Ponte Alta Norte, Gama - DF

E-mail:mateus.rc.bsb@gmail.com

Luciana Teixeira de Campos

Mestre em Gastroenterologia

Endereço:SQS 309, Bloco H, Brasília - DF

E-mail: lucianatcampos@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa objetivou conhecer a epidemiologia dos hábitos sexuais e de anticoncepção de jovens de uma universidade do Distrito Federal. Trata-se de um estudo epidemiológico de caráter descritivo, com abordagem quantitativa, sendo um levantamento, entre os anos de 2020 e 2021, com análise de questionários estruturados auto aplicáveis sobre os efeitos do uso de métodos contraceptivos na sexualidade. As variáveis investigadas foram: idade, sexo, escolaridade, uso e conhecimento sobre os contraceptivos, hábitos sexuais, opiniões sobre sexualidade. Os sujeitos da pesquisa foram 252 alunos do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido que já tiveram a sexarca. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética sob nº 4.373.886. Em relação à primeira relação sexual, 56% dos entrevistados revelaram ter sido após os 18 anos e 20% não fez uso de métodos contraceptivos, já dos que tiveram a relação antes dos 18 anos (44%), 28,5% não fizeram uso de tais métodos nesta relação. Dos entrevistados, 69% referiu usar sempre, 21,8% na maioria das vezes, 2% raramente e 7,2% não faz. Assim, 43,3% usam preservativos, 21,8% contraceptivos orais e 19% dupla proteção. Dos que usam preservativos de barreira, apenas 19% fazem uso durante toda a relação sexual. 49,2% dos estudantes acreditam que o uso de métodos de barreira atrapalha no prazer sexual e 26,6% referem que o uso destes prejudicam a naturalidade e espontaneidade do ato. Tratando-se de parceiros fixos, 58,3% não faz uso de métodos que previnem Infecções Sexualmente Transmissíveis, desses, apenas 29,2% interrompem após realização de exames. A maior parte dos entrevistados (79,4%) recebeu orientações sobre saúde sexual e planejamento familiar, sendo que 6,7% obtiveram estas informações apenas após a 1ª relação. Ademais, a maior parte obteve tais orientações pelas escolas

(70,2%), 52,9% dos pais e apenas 22,2% de serviços de saúde. A maior parte dos estudantes (96%) concorda que a responsabilidade pelo uso de contraceptivos deve ser das duas pessoas. Dentre os entrevistados, 76,2% tem um plano de vida, desses 2% não fez uso de contraceptivos na primeira relação e, dos que não tem tal plano, 11% não fizeram uso de anticoncepção. Os resultados demonstram que uma proporção alta dos estudantes teve a primeira relação sexual com menos de 18 anos, além da baixa prevalência do uso correto de métodos anticoncepcionais e proteção contra ISTs. Assim, os achados enfatizam a necessidade da orientação sobre saúde sexual e planejamento familiar com objetivo primário prevenir a gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. Deve-se incentivar essa abordagem em instituições de ensino e serviços de saúde, de forma a proteger a saúde e incentivar o planejamento de vida dos estudantes.

Palavras-chave: sexualidade, anticoncepção, comportamento sexual.

ABSTRACT

This research aimed to know the epidemiology of sexual and contraceptive habits of young people at a university in the Federal District. This is an epidemiological study of descriptive character, with quantitative approach, being a survey, between the years 2020 and 2021, with analysis of self-applicable structured questionnaires on the effects of the use of contraceptive methods in sexuality. The variables investigated were: age, sex, education, use and knowledge about contraceptives, sexual habits, opinions about sexuality. The research subjects were 252 students from the Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) who signed the free and informed consent form and who had already had sex. The research was approved by the Ethics Committee under no. 4.373.886. Regarding the first sexual relation, 56% of the interviewees revealed to have been after the age of 18 and 20% did not use contraceptive methods, as for those who had the relation before the age of 18 (44%), 28.5% did not use such methods in this relation. Of those interviewed, 69% reported always using condoms, 21.8% most of the time, 2% rarely, and 7.2% not at all. Thus, 43.3% use condoms, 21.8% use oral contraceptives, and 19% use double protection. Of those who use barrier condoms, only 19% make use during all sexual intercourse. 49.2% of the students believe that the use of barrier methods hinders sexual pleasure, and 26.6% refer that their use hinders the naturalness and spontaneity of the act. Regarding fixed partners, 58.3% do not use methods that prevent Sexually Transmitted Infections, and of these, only 29.2% stop using them after being examined. Most of the interviewees (79.4%) received orientation about sexual health and family planning, and 6.7% obtained this information only after the first intercourse. Moreover, most of them received such orientation from schools (70.2%), 52.9% from parents, and only 22.2% from health services. Most students (96%) agree that the responsibility for contraceptive use should be of both people. Among the respondents, 76.2% have a life plan, of these 2% did not use contraceptives in the first relationship and, of those who do not have such a plan, 11% did not use contraception. The results show that a high proportion of students had their first sexual intercourse under the age of 18, in addition to the low prevalence of correct use of contraceptive methods and protection against STIs. Thus, the findings emphasize the need for guidance on sexual health and family planning with the primary objective of preventing unwanted pregnancy and sexually transmitted diseases. This approach should be encouraged in educational institutions and health services in order to protect the health and encourage life planning of students.

Keywords: sexuality, contraception, sexual behavior.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é definida pela OMS como a energia que motiva a procurar amor, contato, ternura e intimidade; que se integra no modo como se sente, move, toca e é tocado; é ser sensual e ao mesmo tempo sexual. Ela é influenciada por nossos pensamentos, sentimentos, ações e interações, aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (PONTES, 2011). É expressa por meio de crenças, valores, comportamentos, desejos, relações e abrange além do conceito de sexo, as ideias sobre gênero, identidade, orientação sexual, prazer, relacionamentos e reprodução, impactando a saúde global do indivíduo. (LARA, 2009)

Na história da sexualidade, sabe-se que na antiguidade greco-romana havia uma liberdade sexual sem alusão ao pecado ou moral, pois o sexo, além de reprodutor, também foi usado como meio para expressão de sentimentos como o amor, assim como o prazer sexual e a sensualidade (PEREIRA, 2008). Logo após, o Cristianismo ascendeu, defendendo a castidade ou o casamento e recusou o prazer sexual, reduzindo as práticas sexuais apenas para procriação (LIMA, 1986).

Segundo Foucault, o Cristianismo contribuiu para a coerciva silenciosa até o século XX, quando Freud abriu novas perspectivas para o estudo das pulsões sexuais e a partir da medicina, conseguiu libertação das limitações impostas pelo moralismo cristão (PEREIRA, 2008 e LIMA, 1986). A entrada no mercado de trabalho, impulsionada pela 1ª e 2ª Guerras Mundiais, proporcionou reflexões e experiências que possibilitaram uma mudança drástica na sexualidade feminina (OLIVEIRA, 2018), que ganhou uma dimensão biológica produzida no contexto social, cultural e histórico do indivíduo (CARVALHO, RODRIGUES e MEDRADO, 2005).

Com a introdução das pílulas anticoncepcionais em 1962 no Brasil (LOPES, 2012 e RODRIGUES, 2019), como parte de programas internacionais para redução da população, num contexto global politizado, como a instalação da política de filho único na China, as políticas de planejamento familiar e o debate sobre a sexualidade ganhou força (BARBOSA, 2016). A implementação dessas políticas foi consolidada com a Constituição Federal de 1988 (BARBOSA, 2016), que legitimava o planejamento familiar como decisão do casal, competindo ao Estado a garantia de recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito (GOLTARA, 2011).

A possibilidade de planejamento familiar a partir do controle da fecundidade devido aos novos métodos anticoncepcionais alterou o papel da mulher na sociedade. Fato impulsionado pelo movimento feminista, na luta contra os papéis de gênero, ampliando a

entrada da mulher no mercado de trabalho, ganho de liberdade sexual e maior igualdade entre os sexos (LOPES, 2012; FREITAS e GIOTTO, 2018 e BARBOSA, 2016). Esse contexto histórico permitiu que as mulheres compreendessem seus direitos e se libertasse do papel meramente reprodutor e poder expressar sua sexualidade em busca de satisfação e prazer (OLIVEIRA, 2018)

As mudanças decorrentes desse período revolucionaram a organização familiar e dos relacionamentos (BARBOSA, 2016). Houve aumento da importância da sexualidade para o casal, possibilitando ato sexual prévio ao matrimônio, perda da valorização de se preservar a virgindade e a própria redefinição do relacionamento de uma etapa preparatória ao casamento, para um período de experimentação sexual e afetiva, o que permite maior troca de parceiros e precocidade da relação sexual (LOPES, 2012).

Uma das consequências dessas revoluções é a queda progressiva da taxa de fecundidade desde a década de 70, com redução de 6,3 filhos/mulher na década de 60, para 5,8 filhos/mulher, e para 4,4 filhos/mulher em 1980, com essa tendência seguindo em 2000 com taxa de 2,3 filhos/mulher (PIRROTA, 2008). Apesar das diversas conquistas na sociedade, muitas mulheres ainda se sentem responsáveis pelos problemas do âmbito sexual, sendo submissas às vontades dos parceiros (OLIVEIRA, 2018). Além disso, a exploração da sexualidade continua um tabu, devido aos fatores culturais e religiosos ainda marcantes na sociedade (SILVA e CASTRO, 2018), a tal ponto, que a falta de conhecimento sobre o próprio corpo, comportamento compreendido como errado e feio, forma barreiras a plenitude sexual (OLIVEIRA, 2018).

Sabe-se que contracepção está relacionada a um enorme gama de relações sociais e contextos afetivo-sexuais e culturais onde o indivíduo está inserido, fato comumente esquecido pelas políticas públicas e ações na área, simplificando a contracepção a dualidade de risco e responsabilidade individual, especificamente a feminina (CABRAL, 2017). Dessa forma, os indivíduos ficam expostos às possíveis consequências do não uso de anticoncepcionais, como gestações não planejadas, com importante destaque em casos de gravidez precoce na adolescência, que geram grande impacto no projeto de vida do casal, além das infecções sexualmente transmissíveis, no caso de não uso dos métodos de barreira (SANTOS et al, 2007).

Após a implantação cultural da anticoncepção farmacológica e do desenvolvimento de terapêuticas contra ISTs, houve redução da preocupação para prevenir gravidez e doenças. Ocorreram, também, mudanças no comportamento sexual, o qual se dissociou de vínculos conjugais, além do aumento de estímulos eróticos na

sociedade. Com isso, houve aumento das relações sexuais pelo prazer e diminuição do uso de preservativos. (GIR, DUARTE e CARVALHO, 1997). O acesso a métodos contraceptivos e a informações relacionadas aos riscos advindos de relações sexuais desprotegidas são imprescindíveis para ocorra uma iniciação sexual segura, reforçando a necessidade de educação sexual, especialmente para a população adolescente (SASAKI, 2015).

As ações educativas podem ocorrer no âmbito formal, por instituições, no não formal, fora do ambiente de ensino, e no informal, de senso comum. Esta última é influenciada por crenças e valores morais e religiosos, que podem perpetuar como conceitos distorcidos e preconceitos (MAROLA, SANCHES e CARDOSO, 2011). Tais crenças podem influenciar negativamente sobre o ato sexual, e nas mulheres, estão relacionados aos comportamentos sexuais conservadores, gerando desconhecimento sobre o ato e as suas formas de proteção anticoncepcional e contra doenças (ABDOLMANAFI et al, 2015; NOBRE e PINTO-GOUVEIA, 2006).

A desinformação quanto à contracepção ainda é grande entre os jovens, evidente pelo alto número de gravidezes indesejadas nesta idade. Isso pode estar associado ao recebimento precoce de informação, geralmente truncada, sem dispor de maturidade para elaborá-la, resultando numa sexualização prematura, associada ao desejo de experimentar (MAGALHÃES, 2001). Destacam-se os relatos de que o preservativo de barreira é um determinante que prejudica o prazer sexual, ocasionando um difícil acordo entre os parceiros, resultando em embaraço e desconfiança (GIR, DUARTE e CARVALHO, 1996 e LOPES, 2012). Deste modo, enfatiza-se a necessidade de desmistificação de crenças negativas atribuídas aos métodos anticoncepcionais e preventivos (GIR, DUARTE e CARVALHO, 1996).

Diante desse contexto histórico, onde a descoberta e universalização dos anticoncepcionais orais permitiu uma revolução nas relações interpessoais e na dinâmica social de gênero, representando um passo importante sobre o controle e libertação da sexualidade, principalmente para o sexo feminino (BARBOSA, 2016 e LOPES, 2012), o presente estudo tem como objetivo avaliar o impacto e influência que a anticoncepção oral ou por outros métodos, como os contraceptivos de barreira possui, atualmente, nos hábitos de sexualidade de estudantes no Distrito Federal.

Os resultados desse trabalho podem colaborar na valorização da sexualidade como um processo dinâmico e vivo dentro de uma comunidade, expresso pela construção social e cultural da convivência humana, da busca pelo prazer, das formas de se relacionar e

como processo intrínseco à vida (PONTES, 2011). Permitir identificar os padrões do uso de anticoncepcionais, reconhecendo possíveis vulnerabilidades acerca da divulgação de informações, presença de crenças e mitos equivocados construídos historicamente na consciência popular e obtenção de variáveis que possam atuar como fatores de risco, predispondo a gravidez precoce e disseminação de ISTs.

Esse artigo busca conhecer a epidemiologia dos hábitos sexuais e de anticoncepção de jovens de uma universidade do Distrito Federal. Com a identificação desses aspectos e análise da correlação dentre esses dados, esses resultados podem orientar a formulação de estratégias e ações de saúde sexual e reprodutiva de forma singular, respeitando as singularidades da população jovem universitária, conscientizando sobre os riscos de doenças e gravidez indesejada, desmistificando crenças populares e permitindo a abordagem da contracepção dentro da multiplicidade de aspectos que envolvem a sexualidade.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa transversal de caráter descritivo, abordagem quantitativa e natureza aplicada, sendo um levantamento com análise de questionários estruturados sobre os efeitos do uso de métodos contraceptivos na sexualidade, respondidos por universitários do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Para compor o universo amostral, foi disponibilizado um link para ser respondido de forma digital, com apresentação do tema e os objetivos da pesquisa. Ao concordarem em participar, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e logo em seguida, o questionário com 15 questões objetivas e 2 questões subjetivas. Os dados coletados serão armazenados em planilha do Microsoft Office Excel e os resultados foram expressos em número, porcentagem, tabelas e gráficos.

Os dados coletados pelo Google Forms foram armazenados em planilha do Microsoft Office Excel e a análise estatística será realizada pelo programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 22.0, tendo os resultados expressos em número, porcentagem, tabelas e gráficos. As variáveis investigadas serão idade, sexo, escolaridade, uso e conhecimento sobre os contraceptivos, hábitos sexuais, opiniões sobre sexualidade. A ficha de coleta de dados de todas as variáveis da pesquisa encontra-se entre os apêndices (APÊNDICE B). Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob nº 4.373.886 (ANEXO A).

Critérios de inclusão: Indivíduos que já tiveram a sexarca, estudantes do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Critérios de Exclusão: Indivíduos virgens, que não estejam matriculados em algum curso no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliados 252 questionários, preenchidos por estudantes dos cursos de Enfermagem (7,9%), Direito (3,2%), Psicologia (2,8%), Gastronomia (2%), Medicina (73,4%), Fisioterapia (1,6%), Comunicação Social (1,2%), Publicidade (0,8%), Nutrição (0,8%), Engenharia Mecânica (0,8%), Biomedicina (0,8%), Administração (0,8%), Farmácia (0,4%), Engenharia Florestal (0,4%), Engenharia de Produção (0,4%), Engenharia da Computação (0,4%), Engenharia Civil (0,4%), Economia (0,4%), Design (0,4%), Biologia (0,4%), Arquivologia (0,4%) e Arquitetura (0,4%). A média de idade dos participantes foi 22,7 anos, sendo 69,8% do sexo feminino e 30,2% do sexo masculino.

Em relação à idade da primeira relação sexual, 46,8% (118) dos entrevistados declararam ter ocorrido entre 18-20 anos, seguido de 38,5% (97) de entre 15-17 anos, 8,7% (22) depois dos 20 anos, 5,6% (12) 12-14 anos e 0,4% (1) antes dos 12 anos. O resultado desse estudo foi uma idade superior à encontrada em outro estudo similar, Moraes et al (2020), com uma média de coitarca aos 16,8 anos, e do estudo de Gouveia et al (2020), onde 51% das participantes tiveram a coitarca na faixa dos 12-17 anos. Contudo apresentou desfecho similar a Alves et al (2017), no qual, 53,9% das participantes tiveram a coitarca com 16-20 anos.

Esse resultado pode ser explicado pela amostra da população ser coletada em uma Universidade particular, com predomínio dos participantes cursando Medicina, que reflete em maior nível socioeconômico, aspecto não avaliado na pesquisa, que segundo Moraes et al (2020), está associado a um retardo na idade da coitarca. O sexo está cada vez mais supervalorizado, onde a sociedade pressiona os jovens a terem relações sexuais mais precocemente, com média de 14,8%, e casando cada vez mais tarde (GOUVEIA et al, 2020)

Ademais, 75,8% (191) fizeram uso de um método anticoncepcional durante a 1ª relação sexual e 24,2% (61) não fizeram (tabela 1), resultado similar ao encontrado por Souto et al (2020), onde 125 estudantes de medicina do ciclo básico de uma universidade do Goiás relataram uso majoritário de preservativo na 1ª relação sexual, o que foi

associado com a probabilidade de manutenção do hábito nas vezes subsequentes. Em contrapartida, no estudo de Borges et al (2015) 73% dos entrevistados disseram não utilizar nenhum meio contraceptivo na 1ª relação sexual, principalmente em relação ao sexo feminino (72.5%), resultado muito inferior ao presente estudo.

Segundo Sá et al (2015) o adiamento da coitarca é um fator protetor conhecido contra a transmissão de Infecções Sexualmente Transmissíveis. O início ou adiamento da 1ª relação sexual é determinada por diversas influências socioculturais, religiosas, familiares e morais, contudo é importante ressaltar que os brasileiros realizam sua coitarca cada vez mais jovens, concedendo o uso do preservativo e de métodos contraceptivos hábito essencial para prevenção de ISTs e gravidez indesejada (PEREIRA et al, 2014).

A coitarca representa um marco na construção da identidade social dentro do contexto da sexualidade e a ausência de métodos contraceptivos nesse momento gera risco da adolescente assumir precocemente a maternidade, casamento e o peso de uma IST (PIRROTA, 2008). Dentre os estudantes que tiveram a sua primeira relação com menos de 18 anos, 28,5% não fizeram uso de contraceptivos, enquanto os que a realizaram com idade maior de 18 anos, apenas 20% não fizeram anticoncepção.

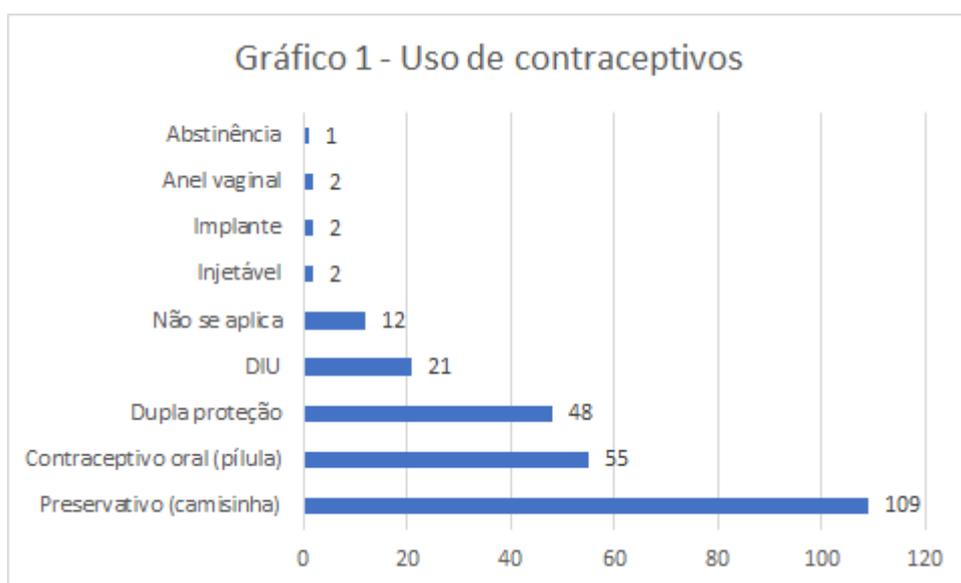
Tabela 1		Usou método anticoncepcional na 1ª relação sexual		Total
		Não	Sim	
Idade da 1ª relação sexual	Antes dos 12 anos	1	0	1
	12-14 anos	2	12	14
	15-17 anos	29	68	97
	18-20 anos	26	92	118
	Depois dos 20 anos	3	19	22
	Total	61	191	252

No que diz respeito ao uso de contraceptivos, 69% (174) referiu sempre usar, 21,8% (55) usar na maioria das vezes, 2% (5) usar raramente e 7,1% (18) não faz uso. Em estudos similares, Souto (2020) observou que 5% da população estudada não fazia uso de nenhum método contraceptivo, enquanto segundo os dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS (BRASIL, 2009), 18.4% das mulheres não faziam uso de método contraceptivo.

Dessa forma (gráfico 1), 43,3% (109) fazem uso de preservativo, 21,8% (55) fazem uso do contraceptivo oral e 19% (48) fazem uso da dupla proteção, outros métodos

registrados foram DIU (8,3%), Anel Vaginal (0,8%), Implante (0,8%), Injetável (0,8%) e abstinência (0,4%). Comparativamente, em Moraes et al (2020), observou-se que numa amostra de 1036 estudantes universitárias, 83,4% fazem uso de método anticoncepcional, sendo 79.1% ACHO, 37% preservativo masculino, 8,4% DIU, 2.4% Injeção, 1.44% anel vaginal, 0.7% adesivo transdérmico e 0.67% implante subcutâneo.

No PNDS (BRASIL, 2009), 25.9% fazem uso de esterilização feminina, 27.4% ACHO, 13% preservativo. Em relação ao uso de preservativo, essa pesquisa mostra resultado superior (43,3% uso de preservativo e 19% dupla proteção) ao encontrado por Aragão, Lopes e Bastos (2011), onde cerca de 44.5% dos participantes relataram uso de preservativo. Segundo Pirrota (2008), a pílula é o método preferido pelas mulheres jovens sendo substituído gradativamente pela esterilização feminina, método empregado por 40% das mulheres em um relacionamento estável em idade reprodutiva.

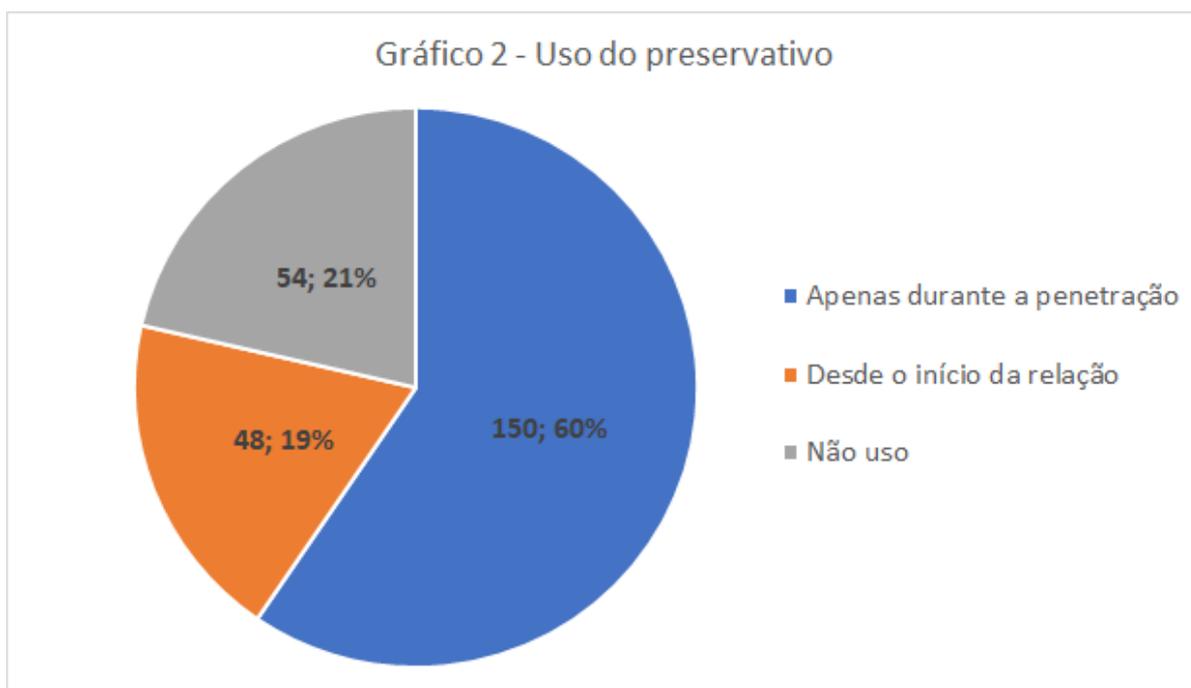


Em relação ao uso do preservativo de barreira, 59,5% (150) referem que usam apenas durante a penetração e 21,4% (54), não usam (gráfico 2), sendo que apenas 19% (48) utilizam a camisinha desde o início da relação sexual, a forma correta para evitar a maioria das infecções sexualmente transmissíveis. As ISTs são transmitidas por diversos agentes etiológicos, dentre eles vírus, bactérias, fungos e protozoários, sendo disseminados pelo contato sexual via oral, vaginal ou anal sem o uso adequado de preservativo (SAMPAIO e PEREIRA, 2019).

Apesar de apresentar menor risco de transmissão do que no sexo anal ou vaginal, as mucosas são portas de entrada para agentes infecciosos, risco comprovado pelas altas

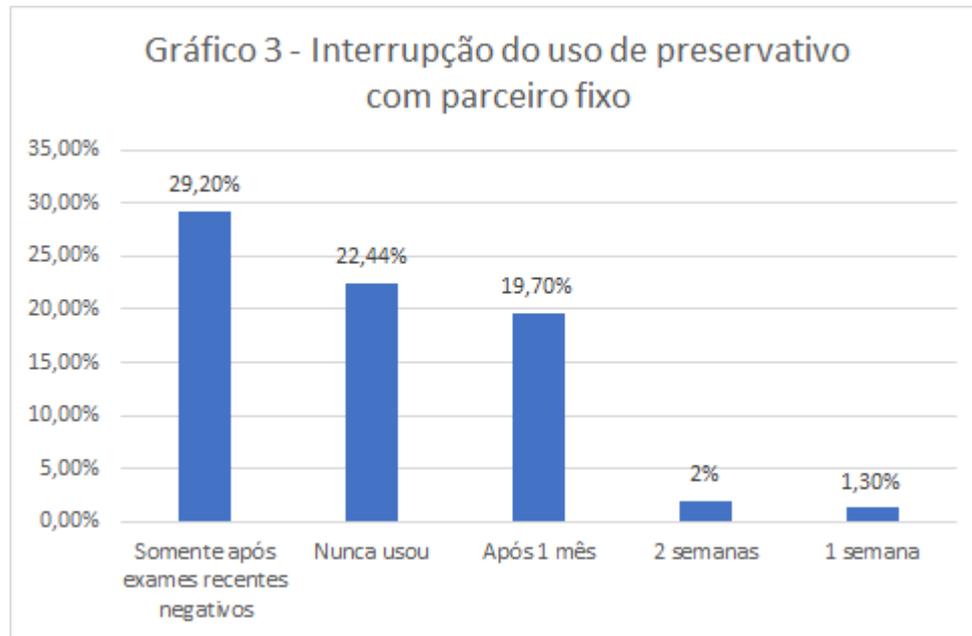
taxas de sexo oral acompanhadas das altas e crescentes taxas de infecções faríngeas com gonorreia e clamídia (SAMPAIO e PEREIRA, 2019). Como explicação a esse fato temos o desconhecimento da maioria da população sobre as formas de transmissão, prevenção e sintomatologia das ISTs (SAMPAIO e PEREIRA, 2019).

Além disso, 49,2% (124) acreditam que o uso de métodos de barreira atrapalha no prazer sexual e 50,8% (128) discordam com essa afirmação. Outros 26,6% referiram que o uso de métodos anticoncepcionais prejudicam a naturalidade e espontaneidade do ato sexual, e 73,4% (185) não concordaram com a afirmação. Comparativamente, Guerra et al (2020), relata que os motivos mais alegados por jovens universitários para o não uso de preservativos foi a diminuição do prazer, seguido pela quebra da naturalidade e espontaneidade do ato, e pela recusa e consideração de uso desnecessário pelo parceiro. Segundo Alves e Brandão (2009) a regulação da sexualidade está relacionada ao contato anterior e desejo masculino sobrepondo a prevenção, independente do conhecimento dos riscos.



A maioria dos entrevistados (58,3%) referiu que não faz uso de métodos que previnem Infecções Sexualmente Transmissíveis com parceiros fixos, enquanto 41,7% responderam que utilizam tais métodos. Desses, 29,2% (43) relataram que interrompem o uso do preservativo apenas após exames recentes negativos, 19,7% (29) interrompem após 1 mês, 2% (3) após 2 semanas e 1,3% (2) após 1 semana, 22,4% nunca utilizou preservativo com parceiro fixo (gráfico 3). Situação superior à encontrada por Moraes et

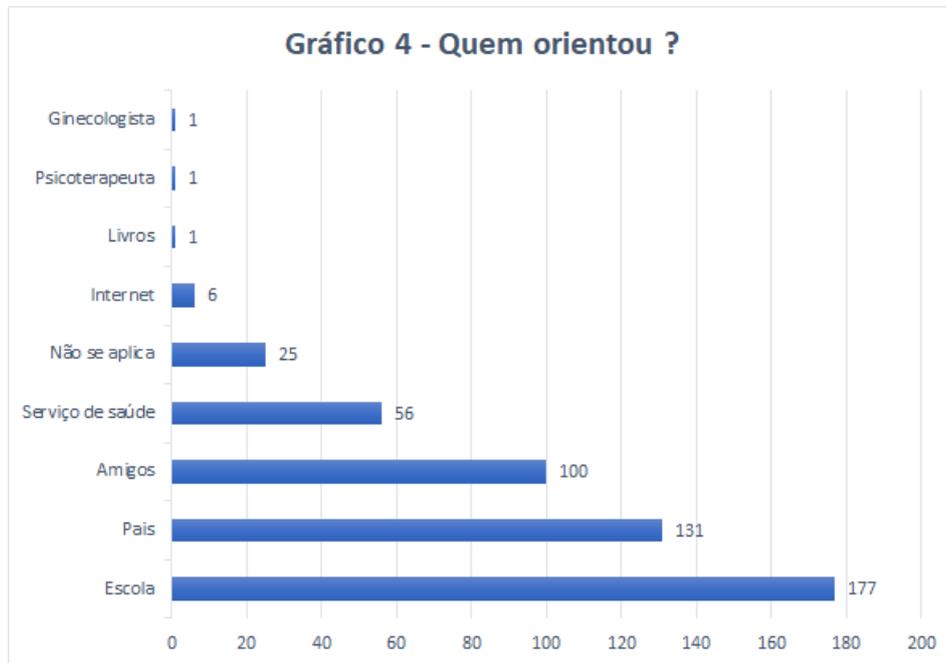
al (2020), onde apenas 12.2% das 1036 universitárias entrevistadas utilizam preservativo com parceiro fixo. Esse fato é elucidado por Alves et al (2017), que afirma que o não uso de preservativos, principalmente com parceiros fixos, se deriva da confiança no parceiro, onde ocorre a substituição do preservativo pelo ACHO.



Outro motivo discutido por Pereira et al (2014) deriva da ideia do não uso de preservativos como forma de provar a fidelidade e confiança no parceiro, além do sentimento de não vulnerabilidade às ISTs. Segundo Aquino e Brito (2012) em um relacionamento estável os jovens veem o uso de preservativos como desnecessários, tendo em vista que a preocupação desta etapa seria a ocorrência de gravidez, enquanto em relacionamentos ocasionais ocorre uma tendência no uso de preservativos devido à preocupação com a proteção contra ISTs.

As orientações sobre saúde sexual, planejamento familiar e métodos contraceptivos foram recebidas por 79,4% (200) dos universitários, 11,5% (29) receberam as informações parcialmente e ainda apresentam dúvidas, 9,1% (23) não obtiveram tais informações. Ademais, 84,1% (212) obtiveram tais informações antes da 1ª relação sexual e 6,7% (17) apenas após a 1ª relação (TABELA 3). Um total de 70,2% (177) dos estudantes receberam tais informações na escola, 52,9% (131) dos pais e 22,2% (56) de serviços de saúde, outras fontes estão descritas no gráfico 4. Dessa forma, ressalta-se a importância do investimento de políticas públicas na educação sexual de jovens, uma vez que apenas 22,2% referiram ser orientados por serviços de saúde. Esses dados estão

de acordo com Cassimiro et al (2020), onde os universitários apesar de maior acesso às informações sobre sexualidade e fatores de risco, costumam realizar prática sexual de risco, subestimando a possibilidade de serem infectados por alguma IST.



		Essa orientação foi:			Total
		Antes da 1ª relação sexual	Após 1ª relação sexual	Não se aplica	
Recebeu orientação sobre saúde sexual, planejamento familiar e métodos contraceptivos?	Não	0	0	23	23
	Parcialmente, ainda tenho dúvidas sobre o tema	21	8	0	29
	Sim	191	9	0	200
	Total	212	17	23	252

A maioria dos estudantes (96%) declarou que a responsabilidade pelo uso de contraceptivos deve ser das duas pessoas envolvidas. 2,8% referem ser responsabilidade do homem e 1,2% da mulher. Pirrota (2002) afirma que a mulher detém a responsabilidade sobre a regulação da fecundidade, as quais relatam que a participação masculina se resume a discussão do número de filhos, compra do método, lembrar de usar a pílula e o uso de métodos masculinos em caso de impossibilidade do uso do ACHO. Apesar de atuar como modo de controle do próprio corpo, as interações e diferenças entre os sexos são historicamente e culturalmente construídas, refletindo os resquícios de diversas regras e proibições, que hoje se refletem como sinônimo de desigualdade. (PIRROTA, 2002).

Segundo Alves (2009) os homens tendem a justificar o não uso de preservativo pela incompatibilidade do impulso sexual e o planejamento da contracepção, dessa forma a responsabilidade a esse planejamento cabe a mulher, que é caracterizada por ser mais controlada e menos sujeita aos impulsos sexuais.

Cerca de 76,2% (192) dos entrevistados refere apresentar um plano de vida, 19% (48) apresentam parcialmente e 4,8% (12) não apresentam. Dentre esses, observamos que das pessoas que criaram um plano de vida, apenas 2% não fez uso de método anticoncepcional durante a primeira relação sexual, enquanto dos que não têm plano de vida, 11% não fizeram uso de contraceptivo, como demonstra a tabela 4. Diante disso, sabe-se da importância do planejamento do futuro para uma vida sexual segura.

Tabela 4		Fez uso de método anticoncepcional na 1ª relação sexual?		
		Não	Sim	Total
Você tem um plano de vida?	Não	7	5	12
	Parcialmente	9	39	48
	Sim	45	147	192
	Total	61	191	252

4 CONCLUSÃO

Os hábitos de contracepção são de grande importância para a saúde pública, visto possíveis desfechos, como gravidez indesejada ou gravidez na adolescência e a contração de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Destaca-se a prevalência de jovens que usam inadequadamente ou não usam métodos contraceptivos ou de proteção contra ISTs por parte dos estudantes entrevistados, necessitando o desenvolvimento de melhores formas de informar a população mais suscetível acerca da saúde sexual e planejamento familiar, com foco na forma correta de uso dos preservativos.

É fundamental a abordagem do tema em instituições de ensino e realizações de palestras e bate-papos sobre o assunto, incluindo os estudantes nos bate-papos com intenção de sanar todas as dúvidas, além de campanhas que intensificam a importância do uso corretos de preservativos nas instituições de ensino e serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

PONTES, A. F. Sexualidade: vamos conversar sobre isso? Promoção do Desenvolvimento Psicossocial na Adolescência: Implementação e Avaliação de um Programa de Intervenção em Meio Escolar. Dissertação de Candidatura ao grau de Doutor em Ciências de Saúde Mental, submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto. Portugal. 2011.

LARA, L. A. da S. Sexualidade, saúde sexual e Medicina Sexual: panorama atual. Rev. Bras. Ginecol. Obstet., Rio de Janeiro, v. 31, n. 12, p. 583-585, Dec. 2009.

PEREIRA, E. D. Desejos polissêmicos: discursos de jovens mulheres negras sobre sexualidade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA, LLG. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. História da Sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, p. 67-88, 1986.

OLIVEIRA, Edicleia Lima. História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdades. Revista Ártemis, v. 26, n. 1, p. 303, 2018.

CARVALHO, A. M.; RODRIGUES, C. S.; MEDRADO, K. S. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. Estudos de Psicologia (Natal), v. 10, n. 3, p. 377-384, Minas Gerais, 2005.

LOPES, R. M. Alterações do cenário sexual e reprodutivo brasileiro relacionados ao uso do anticoncepcional oral. 2012. 71 f. Trabalho de conclusão de curso de enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

RODRIGUES, V. S. Controvérsias em torno da pílula anticoncepcional: usos e recusas do medicamento por jovens mulheres das classes médias urbanas. Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, v. 4, n. 4, 2019.

BARBOSA, K. R.. O planejamento familiar brasileiro no período de 1940 a 1990: considerações sobre os efeitos sociais da pílula anticoncepcional. 39 f. Monografia de Bacharelado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GOLTARA, S. M. Anticoncepcional de emergência: uma abordagem reflexiva. 28 f. Monografia para Bacharelado em Farmácia da Faculdade de educação e meio ambiente, Roraima, 2011.

FREITAS, F. S.; GIOTTO, A. C. Conhecimento sobre as consequências do uso de anticoncepcional hormonal. Revista de Iniciação Científica e Extensão, v. 1, n. 2, p. 91-95, Goiás, 2018.

PIROTTA, Katia Cibelle Machado. Não há guarda-chuva contra o amor: estudo do comportamento reprodutivo e de seu universo simbólico entre jovens universitários, 2002. Saúde Coletiva, v. 5, n. 26, p. 232-237, 2008.

SILVA, Brenda Cândida; CASTRO, Ricardo Dias. Diálogos sobre sexualidade entre pais e filhos adolescentes dentro do contexto familiar. *Revista Brasileira de Ciências da Vida*, v. 6, n. 2, 2018.

CABRAL, C. da S. Articulações entre contracepção, sexualidade e relações de gênero. *Saúde e Sociedade [online]*. v. 26, n. 4, pp. 1093-1104, São Paulo, 2017.

SANTOS, Flavyana Silva, et al. Opinião de adolescentes entre os 10 aos 14 anos sobre a pílula anticoncepcional e os preservativos masculino e feminino. *Revista de enfermagem UFPE*. Vol 1. Nº 4. Out. 2007

GIR, E.; DUARTE, G.; DE CARVALHO, M. J. Opinião de universitários sobre o uso do condom e sua influência no exercício da sexualidade. *Medicina (Ribeirao Preto. Online)*, v. 30, n. 1, p. 100-105, 1997.

SASAKI R.S.A. Prevalência de relação sexual e fatores associados em adolescentes escolares de Goiânia, Goiás, Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*. v. 20, n.1, p. 95-104, 2015

MAROLA, C. A. G; SANCHES, C. S. M; CARDOSO, L. M. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação*. ISSN 2175-3520, n. 33, 2011.

ABDOLMANAFI, Atefe et al. Sexual Dysfunctional Beliefs Questionnaire (SDBQ): Translation and Psychometric Properties of the Iranian Version. *The journal of sexual medicine*, v. 12, n. 8, p. 1820-1827, 2015.

NOBRE, P. J.; PINTO-GOUVEIA, J. Dysfunctional sexual beliefs as vulnerability factors for sexual dysfunction. *Journal of sex research*, v. 43, n. 1, p. 68-75, 2006.

MAGALHÃES, R.R. A gravidez recorrente na adolescência: o caso de uma maternidade. Tese de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2001.

GIR, E.; DUARTE, G.; DE CARVALHO, M. J. " Condom": sexo e sexualidade. *Medicina (Ribeirão Preto. Online)*, v. 29, n. 2/3, p. 309-314, 1996.

MOURA, E. R. F. et al. Prática anticoncepcional e aspectos sexuais e reprodutivos de acadêmicos de enfermagem. *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 15, n. 2, p. 225-232, 2011.

MOURA, L. N. B. et al . Informação sobre contracepção e sexualidade entre adolescentes que vivenciaram uma gravidez. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 320-326, 2011.

BORUCHOVITCH, Evely. Fatores associados à não-utilização de anticoncepcionais na adolescência. *Revista de Saúde Pública*, v. 26, p. 437-443, São Paulo, 1992.

GUIMARAES, A. M. A. N.; VIEIRA, M. J.; PALMEIRA, J. A. Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 3, p. 293-298, June 2003.

BRANDÃO, Elaine Reis. *Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 63-86, 2004.

SOUSA, L. B.; FERNANDES, J. F. P.; BARROSO, M. G. T. Sexualidad en la adolescencia: análisis del influjo de factores culturales presentes en el contexto familiar. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 19, n. 4, p. 408-413, 2006.

ALTMANN, H. (2007). A sexualidade adolescente como foco de investimento político-social. *Educação em Revista*, p. 287-310, 2007.

SILVA, R. C. P.; MEGID NETO, J. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 12, p. 185-197, 2006.

MIGUEL, R. de B. P.; TONELI, M. J. F. Adolescência, sexualidade e mídia: uma breve revisão da literatura nacional e internacional. *Psicologia em Estudo*, v. 12, p. 285-293, 2007.

BELO, M. A. V.; SILVA, J. L. P. Conhecimento, atitude e prática sobre métodos anticoncepcionais entre adolescentes gestantes. *Rev. Saúde Pública*, v. 38, n. 4, p. 479-487, São Paulo, Aug. 2004.

SAITO, M. I; LEAL, M. M. O exercício da sexualidade na adolescência: a contracepção em questão. *Pediatria*, v. 25, n. 1/2, p. 36-42, 2003.

POLI, M.E.H. A anticoncepção como instrumento do planejamento familiar e da saúde. *Scientia Médica*. Porto Alegre, v. 164, p. 168-171, 2006.

VIEIRA, L. M. et al. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 6, n. 1, p. 135-140, 2006.

POLI, M. E. H. et al. Manual de anticoncepção da FEBRASGO. *Femina*, v. 37, n. 9, p. 459-92, 2009.

BRANDÃO, E. R. Hormônios sexuais, moralidades de gênero e contracepção de emergência no Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu*, v. 22, n. 66, p. 769-776, Sept. 2018.

FIGUEIREDO, R.; BASTOS, S. Do direito das mulheres à luta pelos direitos reprodutivos. *Ações judiciais no SUS e a promoção do direito à saúde*, p. 119.

ALMEIDA, M. A. S. Treze meninas e suas histórias... (Um estudo sobre mães adolescentes). *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 169, Aug. 2001

ARAÚJO A. B. R. et al. Anticoncepcionais hormonais contendo apenas progestágenos e seus principais efeitos. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*. V.15, n.1, p.75-81. 2016

NUCCI, M. La píldora anticonceptiva, ¿una droga de "estilo de vida"?: Ensayo sobre el proceso actual de medicalización de la sexualidad. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 124-139, Apr. 2012.

ALMEIDA, A. P. F. de; ASSIS, M. M. de. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. *Rev Eletronica Atualiza Saude*, v. 5, n. 5, p. 85-93, 2017.

RIBEIRO M.T.L. et al. Avaliação do uso de hormônios anticoncepcionais e reposição hormonal por alunas de uma Instituição de Ensino Superior. *Revista de Ciências Farmacêutica Básica e Aplicada, Araraquara*. v. 37 Supl. 1, 2016.

LIMA, L. N. et al. Conhecimento dos estudantes da área da saúde acerca dos riscos dos anticoncepcionais hormonais. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 36, p. e1335-e1335, São Paulo, 2019.

PEREIRA, P. V. da S.; ANGONESI, D. Efeitos do uso prolongado de contraceptivos orais. *Infarma-Ciências Farmacêuticas*, v. 21, n. 7/8, p. 21-28, 2013.

MURTA, E. F. C. et al. Infecção pelo Papilomavírus Humano em Adolescentes: Relação com o Método Anticoncepcional, Gravidez, Fumo e Achados Citológicos. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 217-221, May, 2001

CUNHA G.O.; GALVÃO M.T.G. Métodos contraceptivos e de prevenção da transmissão/reinfecção do vírus entre portadores de HIV/aids. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, v. 12, n. 4, p. 699-708, Ceará, 2011.

LUBIANCA J.N.; WANNMACHER L. Uso Racional de Contraceptivos Hormonais Orais. Comissão Nacional. Especializada de Anticoncepção da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia FEBRASGO, 2011

ALVES, Camila Aloisio; BRANDÃO, Elaine Reis. Vulnerabilidades no uso de métodos contraceptivos entre adolescentes e jovens: interseções entre políticas públicas e atenção à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 661-670, 2009.

MATTOS J.M. Pílulas anticoncepcionais Universidade Estadual de Campinas. PIBID-IQ-UNICAMP, 2012.

AMERICO, C. F. et al. Conhecimento de usuárias de anticoncepcional oral combinado de baixa dose sobre o método. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 4, p. 928-934, Aug. 2013

PERLMAN, J.A. et al. HIV risk difference between condom users and nonusers among U. S. heterosexual women. *J AIDS* 3:155-165, 1990

MORAES, Luisa Penso et al. Análise do perfil das estudantes de uma universidade de Curitiba acerca do uso de métodos contraceptivos. *Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo*, v. 65, n. 1, p. 1-13, 2020.

GOUVEIA, Guilherme Pertinni de Moraes, et al. Análise do perfil sexual de brasileiras: hábitos e práticas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 50, p. e3337-e3337, 2020.

ALVES, Beatriz et al. Perfil sexual de estudantes universitários. *Revista brasileira em promoção da saúde*, v. 30, n. 4, 2017.

SOUTO, Rodrigo Davanço et al. Comportamento sexual dos estudantes de medicina: diferenças entre os sexos e fatores influenciadores. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, p. 76796-76808, 2020.

BORGES, Maritza Rodrigues et al. Comportamento sexual de ingressantes universitários. *Revista de pesquisa cuidado é fundamental online*, v. 7, n. 2, p. 2505-2515, 2015.

SÁ, Maria Isabel et al. Infecções sexualmente transmissíveis e factores de risco nas adolescentes e jovens: Dados de um Centro de Atendimento a Jovens. *NASCER E CRESCER-BIRTH AND GROWTH MEDICAL JOURNAL*, v. 24, n. 2, p. 64-69, 2015. BRASIL; Ministério da Saúde; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Pesquisa nacional de demografia e saúde da criança e da mulher. Brasília (DF): Ministério da Saúde. 306p. 2009.

ARAGÃO, Júlio César Soares; LOPES, Claudia de Souza; BASTOS, Francisco Inácio. Comportamento sexual de estudantes de um curso de medicina do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 35, p. 334-340, 2011.

SAMPAIO, Julliane Messias Cordeiro; PEREIRA, Zaira Nicolle Farias. Fatores que influenciam a prevalência das Infecções Sexualmente Transmissíveis na população jovem. Trabalho de conclusão de curso para Bacharelado em Enfermagem. Faculdade de ciências da educação e saúde – UniCEUB. Brasília, 2019.

GUERRA, Fernando Marcos Rosa Maia et al. COMPORTAMENTO SEXUAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO DE REVISÃO. *FAG JOURNAL OF HEALTH (FJH)*, v. 2, n. 2, p. 300-306, 2020.

PEREIRA, L. et al. Comportamento sexual dos acadêmicos ingressantes em cursos da área da saúde de uma universidade pública. *Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde*, v. 3, n. 1, 2014.

AQUINO, Priscila de Souza; BRITO, Francisco Eduardo Viana. Perfil sexual de adolescentes universitários de um curso de graduação em enfermagem. *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 16, n. 3, p. 324-329, 2012.

CASSIMIRO, Rodrigo Dias et al. Conhecimento dos estudantes de medicina acerca de hábitos sexuais e situações considerados de risco. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 10, p. 76787-76795, 2020.